



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 014/2026

MODALIDADE DE SELEÇÃO: CONVITE DIRETO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: ORDEM DE SERVIÇO / PRODUTO

I – IDENTIFICAÇÃO.

A Rede Jubileu Sul Brasil há mais de duas décadas atua junto a movimentos sociais, pastorais sociais, organizações e coletivos populares. É uma rede composta por 22 organizações-membro, com atuação em redes latino-americanas na defesa dos direitos dos povos, da justiça socioambiental e na construção, desde e com os povos, de alternativas ao modelo econômico baseado no endividamento público, no extrativismo, na militarização e na mercantilização da vida.

A Rede Jubileu Sul Brasil tem como missão a promoção da justiça social e ambiental no enfrentamento à financeirização da vida, a partir da mobilização social e da autodeterminação dos povos. Constitui-se como referência ético-política na crítica ao capitalismo, na defesa e exigibilidade dos direitos humanos e na construção da justiça socioeconômica e ambiental.

Tem como prioridades a justiça socioambiental, a luta contra a privatização da água e o enfrentamento às mudanças climáticas. Sua membresia atua nos territórios no enfrentamento à dívida pública, às dívidas sociais e históricas, bem como na defesa de reparações e no combate às falsas soluções climáticas e aos megaempreendimentos que expulsam povos de seus territórios.

Nesse contexto, a Rede vem, ao longo dos últimos anos, incentivando e promovendo o debate crítico sobre a chamada “transição energética”, afirmando que o que ocorre de fato é uma transação energética. Nesse sentido, defende uma agenda de justiça socioambiental e reparações, bem como o aprofundamento do debate sobre financiamento climático e suas repercussões sobre povos e territórios urbanos, do mar e do campo. O estudo aqui proposto constitui instrumento para análise crítica desse modelo e de suas implicações, incluindo o uso de recursos públicos em benefício de interesses privados.

II – CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO

O contexto desta contratação fundamenta-se em uma análise crítica da expansão das políticas neoliberais, que intensificam os processos de mercantilização e financeirização da vida e da natureza, sustentadas por recursos públicos e privados. Essa dinâmica aprofunda as desigualdades



socioeconômicas, amplia a pobreza, a violência e a degradação ambiental, ao mesmo tempo em que agrava a emergência climática ao subordinar a transição energética à lógica da acumulação de capital. Nesse modelo, a apropriação privada da riqueza ocorre em paralelo à socialização dos custos sociais, econômicos e ecológicos.

Nesse cenário, a transição energética consolidou-se como eixo estratégico das agendas climáticas internacionais. Entretanto, sua implementação tem sido marcada pela expansão de grandes empreendimentos de geração eólica e solar, incluindo a projeção de 95 parques eólicos offshore no litoral brasileiro, associados à produção de hidrogênio verde para exportação ao Norte global. Essa estratégia tem intensificado conflitos socioambientais, pressionado comunidades tradicionais e ecossistemas e reforçado uma concepção da energia como mercadoria, em detrimento dos direitos dos povos e dos limites ecológicos.

A rápida expansão das fontes renováveis também impõe elevados investimentos em infraestrutura elétrica. Apenas no Ceará, estima-se a necessidade de R\$ 2,8 bilhões em linhas de transmissão nos próximos cinco anos, enquanto os projetos previstos no Programa de Expansão da Transmissão (PET) e no Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP) totalizam R\$ 24,7 bilhões em âmbito nacional. Esse cenário evidencia a crescente mobilização de recursos públicos e privados para viabilizar a expansão da infraestrutura energética, cujos fluxos financeiros, mecanismos de financiamento e beneficiários permanecem pouco transparentes.

Embora esses investimentos sejam apresentados como estratégicos para a expansão e a confiabilidade do sistema elétrico, parcela significativa conta com financiamento público, inclusive por meio do BNDES, ao mesmo tempo em que os custos da infraestrutura são, em grande medida, repassados à sociedade por meio de tarifas e subsídios públicos, em um contexto de privatização da Eletrobras.

A Rede Jubileu Sul Brasil manifesta preocupação com os impactos desse modelo sobre as finanças públicas, os territórios e as populações, especialmente diante da concentração dos benefícios econômicos e da socialização dos custos socioambientais. A limitada transparência sobre as fontes de financiamento e os agentes envolvidos reforça a necessidade de ampliar a produção de conhecimento crítico sobre esse processo.

Nesse sentido, a presente contratação visa subsidiar a elaboração de um estudo que identifique e analise a estrutura de financiamento da expansão da transição energética no Brasil, com foco nas fontes de recursos, públicas e privadas, nos principais agentes financiadores e nos impactos desse modelo para as finanças públicas, os territórios e a justiça climática.



III – OBJETO

O objeto desta contratação é a **prestação de serviços especializados para a elaboração de estudo sobre as fontes de financiamento públicas e privadas da transição energética** no Brasil, no âmbito das ações previstas no Planejamento Estratégico da Rede Jubileu Sul Brasil 2026–2030.

IV – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de **serviços especializados para a elaboração do estudo sobre as fontes de financiamento da transição energética** justifica-se pela necessidade de produzir conhecimento qualificado acerca dos mecanismos que sustentam a expansão da cadeia da transição energética no Brasil. O estudo buscará identificar e analisar as fontes de financiamento públicas e privadas, os principais agentes financiadores, os instrumentos financeiros utilizados e o volume de recursos mobilizados para a implantação dos empreendimentos e infraestruturas associados a esse processo.

A produção desse estudo contribuirá para ampliar a compreensão sobre o papel do Estado, das instituições financeiras nacionais e internacionais, do setor privado e de outros agentes econômicos na viabilização da chamada transição energética, evidenciando como se estrutura a arquitetura de financiamento e os fluxos financeiros que sustentam essa cadeia produtiva.

Além de produzir subsídios técnicos para o debate público, o estudo fortalecerá os processos de educação popular, articulação, mobilização e incidência política desenvolvidos pela Rede Jubileu Sul Brasil e por organizações parceiras, especialmente junto às comunidades e aos territórios impactados pelos grandes empreendimentos energéticos.

O estudo terá como foco a análise dos mecanismos de financiamento público e privado da cadeia da transição energética no Brasil, buscando compreender a origem dos recursos, os critérios de financiamento, os principais beneficiários e os impactos desse modelo para as finanças públicas, os territórios e a garantia de direitos.

Para fins desta contratação, serão considerados empreendimentos e infraestruturas associados à transição energética como resposta às mudanças climáticas, com especial atenção aos projetos de geração de energia renovável e à infraestrutura correlata.



V – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

As atividades a serem executadas no âmbito da prestação de serviços especializados para a elaboração do estudo sobre as fontes de financiamento públicas e privadas da transição energética no Brasil são as seguintes:

- a. Elaboração do estudo propriamente dito;
- b. Elaboração de relatório preliminar para apreciação e devolutivas da Rede Jubileu Sul Brasil;
- c. Elaboração de resumo executivo.

Para a execução das atividades, será necessária a construção de um plano de trabalho, a ser elaborado e validado conjuntamente com a Rede Jubileu Sul Brasil, no qual deverá ser detalhada a metodologia a ser adotada, bem como o cronograma de execução.

Estima-se um total de 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho, distribuídas ao longo de 03 (três) meses (julho, agosto e setembro), com previsão de utilização do mês de outubro para diagramação, revisão final e impressão do material a ser apresentado no encontro previsto para novembro.

O valor estimado da hora técnica é de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais).

VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O contrato será acompanhado pela Secretaria Executiva e pelo Grupo de Trabalho de incidência política com parlamentares da Rede Jubileu Sul Brasil, por meio de reuniões de acompanhamento a serem realizadas sempre que necessário, a partir das demandas das partes, tendo como referência os produtos entregues, em especial o relatório preliminar do estudo.

A Secretaria Executiva emitirá parecer técnico substanciado acerca do atendimento aos requisitos previstos neste Termo de Referência, sendo a aprovação realizada por etapas, com validação parcial dos produtos intermediários e aprovação final do estudo.

Em caso de não aprovação de qualquer dos produtos, caberá ao(à) contratado(a), sem ônus adicional para a contratante, realizar os ajustes solicitados e reapresentar o produto para nova apreciação e aprovação.

VII – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO



O pagamento será realizado em parcelas, considerando a estimativa de 150 horas de trabalho, mediante entrega e aprovação dos produtos previstos.

O valor de cada parcela será calculado com base no valor total do contrato, conforme proposta financeira aprovada.

- a) O pagamento será efetuado exclusivamente por transferência bancária à conta corrente do(a) contratado(a), mediante apresentação e aprovação dos produtos.
- b) A contratante reserva-se o direito de efetuar as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

VIII – CRONOGRAMA

A previsão para realização dos serviços após a contratação é de 90 dias. O cronograma detalhado deverá ser apresentado no Plano de Trabalho do(a) contratado(a), juntamente com a metodologia a ser adotada.

IX – LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

O(a) contratado(a) realizará as atividades em suas próprias instalações, exceto quando houver atividades realizadas pela contratante em suas dependências ou em espaços de terceiros que demandem presença da consultoria.

X – RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

Os interessados deverão enviar proposta técnica, proposta financeira e comprovações de experiência para o e-mail edita@jubileusul.org.br, indicando no **assunto: “TdR 014”**, no prazo de 10 dias corridos a contar da publicação deste Termo de Referência. O prazo final será dia 28 de julho de 2026, até às 00h (horário de Brasília).

As propostas devem incluir:

- Currículo e comprovações de experiência na temática (contratos anteriores ou documentos equivalentes);
- Proposta metodológica, cronograma e plano de trabalho;
- Orçamento detalhado em reais, incluindo todos os custos e encargos;
- Cartão de CNPJ.



XI – SOBRE A SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Comitê de avaliação, composto pelos membros do Grupo de Trabalho de incidência política com parlamentares e pela Secretaria Executiva da Rede Jubileu Sul Brasil, terá até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo de recebimento das propostas para avaliação e divulgação do resultado.

A divulgação será realizada no site da Rede e comunicada diretamente aos proponentes.

São Paulo, 26 de junho de 2026.

Secretaria Executiva e
Grupo de Trabalho sobre incidência política com parlamentares
Instituto Rede Jubileu Sul Brasil